

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA PREVENÇÃO DE
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
INFANTIL¹**

**THE ACADEMIC OF THE SCHOOL PSYCHOLOGIST IN THE
PREVENTION OF LEARNING DIFFICULTIES IN CHILDREN
EDUCATION**

**LA EJECUCIÓN DEL PSICÓLOGO ESCOLAR EN DIFICULTADES DE
APRENDIZAJE EN LA PREVENCIÓN DE EDUCACIÓN INFANTIL**

Cristiane Viana da Silva Santos

Bacharel e Licenciada em Psicologia pelo Centro Universitário Celso Lisboa; Pedagoga pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Orientadora Educacional da Prefeitura Municipal de Belford Roxo e da Prefeitura Municipal de Itaboraí.
crisviana3003@hotmail.com

Recebido para avaliação em 02/03/2017; Aceito para publicação em 31/10/2017.

RESUMO

O artigo busca analisar a atuação do psicólogo escolar do Programa Saúde nas Escolas (PSE) da Prefeitura do Rio de Janeiro, na prevenção de dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil, visto que, na prática das escolas acompanhadas através dos encaminhamentos realizados pelas professoras e coordenação/gestão, muitas das “queixas” apresentadas estão vinculadas à área de dificuldades de aprendizagem. Em geral, as crianças no Ensino Fundamental apresentam atraso no desenvolvimento escolar, embora estejam em turma compatível com sua faixa etária. Com isso, é necessário nos voltarmos para a atuação cada vez mais precoce na modalidade de Educação Infantil, por ser esta a primeira etapa da educação básica e uma fase de descoberta, desenvolvimento de habilidades e socialização. Este trabalho tem como objetivo avaliar como o psicólogo escolar intervém na prevenção das dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil dentro da perspectiva e interface de educação e saúde. Os procedimentos metodológicos foram realizados de forma qualitativa, sendo de cunho bibliográfico-documental, baseado na revisão e análise dos documentos referentes aos conceitos deste estudo, bem como através do relato de experiência do período de atuação como psicóloga deste projeto, em 11 escolas do amanhã que trabalham com o segmento da Educação Infantil, situadas na 8ª CRE (Bangu), no município do Rio de Janeiro. Percebe-se que o projeto do PSE tem sido uma maneira dos profissionais de Saúde contribuir com a saúde integral desta população em questão, assim como de promover a prevenção de dificuldades das crianças.

Palavras-chave: Psicólogo Escolar; Prevenção das Dificuldades de Aprendizagem; Infância.

ABSTRACT

The article aims to analyze the performance of the School Psychologist of the Health Program in Schools (PSE) of the City of Rio de Janeiro, in the prevention of learning difficulties in Early

¹ Este artigo é baseado no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito à conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Dificuldades de Aprendizagem – Prevenção e Reeducação (2012), orientada pela Professora Ma. Bianca de Souza Fonseca e Revisão ortográfica Marilene Moreira.

| Cristiane Viana da Silva Santos |

Childhood Education, since the practice of the attended schools, through the articles written by teachers and coordination / Management, many of the "complaints" presented, are linked to the area of learning difficulties. In general, children in elementary school are delayed in school development, although they are in a class compatible with their age group. With this, it is necessary to turn to the increasingly precocious performance in the modality of Early Childhood Education (because it is the first stage of basic education), and this is a phase of discovery, development of skills and socialization. This article aims to evaluate how the School Psychologist intervenes in the prevention of learning difficulties in Early Childhood Education within the perspective and interface of education and health. The methodological procedures were carried out in a qualitative way, a bibliographical-documentary nature, based on the review and analysis of the related documents of the concepts of this study, as well as through the experience report of the period that I worked as a Psychologist of this project, in 11 "schools of tomorrow". Which work with the segment of "kindergarten", located in the 8th CRE neighborhood of Bangu, in the city of Rio de Janeiro. It can be notice that the PSE project has been a way for Health professionals to contribute to the full health of this population, as well as a way to promote the prevention of children's difficulties.

Keywords: School Psychologist; Prevention of Learning Difficulties; Childhood.

RESUMEN

El artículo pretende analizar el desempeño del Programa de Salud Escolar psicólogo en las escuelas (PSE) de la Municipalidad de Río de Janeiro, en la prevención de dificultades de aprendizaje en el jardín de infantes, ya que en la práctica las escuelas monitoreadas a través de referencias de los maestros y la coordinación / gestión, muchas de las "quejas" presentadas, están relacionados con el área de las discapacidades de aprendizaje. En general, los niños en la escuela primaria han retrasado el desarrollo de la escuela, a pesar de que están en la clase consistente con su grupo de edad. Por lo tanto, es necesario recurrir a la intervención cada vez más temprana en la forma de la educación inicial (como la primera etapa de la educación básica), y que se trata de una fase de descubrimiento, desarrollo de habilidades y socialización. Este artículo tiene como objetivo evaluar cómo el psicólogo escolar involucrado en la prevención de problemas de aprendizaje en la educación de la primera infancia desde la perspectiva y la educación y la interfaz de la salud. Los procedimientos metodológicos se llevaron a cabo de una manera cualitativa, y la naturaleza bibliográfica y documental, basado en la revisión y análisis de los documentos relacionados con los conceptos de este estudio, así como a través del período del informe experiencia que trabajaba como psicólogo para este proyecto en 11 escuelas del mañana trabajar con el segmento de la educación infantil, situada en la 8ª CRE (Bangú), en el municipio de Río de Janeiro. Se observa que el proyecto de PSA ha sido un camino para los profesionales de la salud que contribuyen a la salud general de esta población en cuestión, así como una forma de promover la prevención de las dificultades de los niños.

Palabras clave: Psicólogo de la Escuela; Prevención de Problemas de Aprendizaje; Infancia.

INTRODUÇÃO

A escolha da temática deu-se em função da vivência, a princípio, como psicóloga em diferentes instituições, tendo a oportunidade de acompanhar no cotidiano escolar a prática das professoras, as reuniões de equipe e o suporte aos responsáveis da Educação Infantil. Posteriormente, me inseri no curso da Faculdade Batista do Rio de Janeiro (FABAT), aprofundando na teoria o levantamento de algumas questões que foram fomentadas nos cursos de Capacitação de Educação Infantil (FIOCRUZ, 2008), Creche e o

| Cristiane Viana da Silva Santos |

trabalho cotidiano com crianças de 0 a 3 anos (PUC – CAXIAS, 2009) e, principalmente, fruto da experiência, no período de Novembro de 2011 a Dezembro de 2012, como Psicóloga no Projeto Saúde nas Escolas (PSE), no qual acompanhei o cotidiano escolar de escolas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Conforme destaca Minayo (1994, p. 11):

(...) a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.

A história da Psicologia no contexto educacional do Brasil passou por algumas mudanças. Temos, como exemplo, a contribuição de outros países como a Alemanha em 1879 através do primeiro Laboratório que estudava as sensações, assim estabelecendo o marco inicial de uma Psicologia positiva e experimental. Em 1884, Francis Galton cria no University College de Londres, Inglaterra, um laboratório de Psicometria para estudar as diferenças individuais entre escolares, através da mensuração das faculdades mentais, realizando, no dizer de Patto (1984, p. 96), parte importante de seu projeto de aprimoramento da espécie humana, através da seleção dos mais capazes. O grande sucesso da Psicometria, na época, indica a perspectiva assumida pela Psicologia Escolar desde o seu nascimento, da identificação com um modelo de aplicabilidade técnica voltada para a classificação, seleção e adaptação dos indivíduos.

Além disso, Patto (1984), em sua tese intitulada “Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar” questiona as teorias e as práticas circulantes na época da carência, pois os métodos utilizados pelos psicólogos preconizavam as dificuldades escolares centradas nas crianças e em suas famílias, visto que as crianças de classe popular eram vistas a partir da perspectiva da carência cultural² e justificava-se o mau desempenho das crianças de escolas públicas através desta teoria.

No final da década de 80, objeto de estudo da psicologia, o fracasso escolar passa a centralizar questões que envolvem os estudos sobre a escola, tanto no campo da Psicologia quanto no campo da Educação (PATTO, 1984).

Portanto, a discussão crítica no campo da Psicologia Escolar insere um novo eixo de análise do processo de escolarização: o papel das políticas públicas educacionais na constituição do dia-a-dia escolar e do aluno que aprende, na

² No Brasil, a teoria da carência cultural se propagou na década de setenta e os estudos e pesquisas voltam-se, então, para a explicação de que os fatores sócio-culturais seriam fortes influências nas características físicas, perceptivo-motoras, cognitivas e emocionais de cada indivíduo, segundo Patto 1990.

| Cristiane Viana da Silva Santos |

relação do professor com a sua tarefa docente, nas condições objetivas que permitem que a escola realmente possa cumprir as suas finalidades sociais. Assim, pesquisar a escola, as relações escolares, o processo de escolarização a partir dos anos 80 significou pesquisar uma escola que foi e está sendo atravessada por um conjunto de reformas educacionais, fruto de políticas públicas no campo da educação escolar (ROCHA, 2001, p. 213).

Dessa forma, conhecer como as políticas são implantadas, as questões verbalizadas pelos educadores com relação às concepções e perspectivas e as condições de trabalho para sua consolidação são fundamentais para que o psicólogo desenvolva sua intervenção no campo da educação.

Maluf (1994) sinaliza que a atuação do psicólogo deveria ser essencialmente na atualidade mais contextualizada, partindo das necessidades e prioridades emergentes em cada escola. Este profissional precisa questionar, primeiramente, quais os setores que estão requerendo intervenções e quais são prioritárias, sempre tendo em vista a eficiência do processo ensino-aprendizagem, uma das principais finalidades da educação escolar.

Este trabalho tem como objetivos fazer uma análise de como o psicólogo escolar intervém na prevenção das dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil; procurar identificar como o psicólogo atuava em diferentes momentos históricos no contexto escolar; sinalizar a visão histórica da infância e do equipamento de Educação Infantil (creche) dentro de seu binômio cuidar-educar e compreender os principais aspectos do trabalho do psicólogo escolar junto à infância (Educação Infantil) e suas especificidades, relacionando os conceitos de educação e saúde.

Os procedimentos metodológicos foram realizados de forma qualitativa, sendo de cunho bibliográfico-documental, baseado na revisão e análise dos documentos referentes aos conceitos desta pesquisa, bem como através do relato de experiência como psicóloga no período de Novembro de 2011 a Dezembro de 2012, das 11 Escolas do Amanhã.

CONCEPÇÕES SOBRE A INFÂNCIA DA CRIANÇA DE 0-3 ANOS

Quando nos remetemos à palavra “criança”, o que entendemos é que se trata de um ser de pouca idade e, no sentido figurado, uma pessoa ingênua ou infantil. Caso uma pessoa compare um adulto a uma criança, tal expressão é tomada como uma ofensa, pois ninguém quer ser como um infantil, ou seja, um tolo, uma pessoa sem maturidade. Percebe-se que as crianças se opõem ao adulto no que concerne à falta de idade ou de maturidade. Porém, não se pode horizontalizar esse pensamento e, arbitrariamente, confirmar a existência de uma população infantil homogênea, já que ao fator idade estão

| Cristiane Viana da Silva Santos |

associados determinados papéis e desempenhos específicos, dependendo da classe social na qual a criança está inserida. É preciso levar em consideração sua participação no processo produtivo, a sua escolarização, o processo de socialização no interior familiar e da comunidade e suas atividades cotidianas, pois esses fatores estão intrinsecamente ligados à posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Sendo assim, é inadequado supor uma homogeneidade infantil quando se pensa numa concepção de criança.

UMA VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de infância não está desvinculado do contexto histórico-social em que a criança está inserida; portanto, é fundamental compreendermos o conceito que se tem da infância, pois acaba influenciando a ação que se tem para com ela. Segundo Kramer (1994), uma população infantil não homogênea, mas populações infantis, com processos diferenciados de socialização, sendo considerada uma concepção atual da infância.

Ao abordar o termo “família” e como esta instituição tem uma efetiva participação na identidade da criança, faz-se importante buscar historicamente a sua participação e a sua relação com o sentimento de infância e sua descoberta.

Ariés (1981), em seus estudos sobre a história social da criança e da família, constata que, ainda por volta do século XVII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. O historiador cita alguns exemplos para comprovar essa afirmativa. Um deles é a cena do evangelho em que Jesus pede que deixem vir a ele as criancinhas. A miniatura Otoniana do século XI é representada com oito homens sem características de crianças em torno de Jesus, distinguindo-se dos adultos apenas pelo tamanho. Outro exemplo seria no evangeliário da Sainte-Chapelle do século XIII, na passagem da multiplicação dos pães, onde Cristo e um apóstolo ficam ao lado de um homenzinho que bate em sua cintura, certamente, a criança que trazia o peixe. Com base nesses exemplos, Ariés (1981, p. 51) diz que “no mundo das fórmulas românticas e até o fim do século XIII não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”.

Ariés (1981) sinaliza a descoberta de um sentimento de infância. Em sua pesquisa, olhando para as obras de arte, esse autor mostra que o olhar que se tem para a infância surge num dado momento e sofre modificações. A princípio, a figura da criança representada, na realidade, era de um pequeno adulto. De acordo com essas ideias, a criança era vista como um adulto em miniatura. Nesse período, não se percebe uma

| Cristiane Viana da Silva Santos |

caracterização do ser infante. A criança-adulto, aquela que assim que atingia certa idade, se misturava aos adultos e vivia como tal. Havia apenas um período em que era vista como “criança” de fato, que brincava e era paparicada. Era justamente a fase que Ariés (1981) denominou de “paparicação”. Quando esta morria nesta fase, como muitas vezes ocorriam, alguns ficavam entristecidos, mas não faziam muito caso, pois, logo outra criança a substituiria. Assim, “a criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato” (ARIÉS, 1981, p. 10).

Depois que a criança passava pelos obstáculos dos primeiros anos de vida, ou seja, conseguia sobreviver ao tempo de “paparicação”, era muito comum que esta vivesse em outra casa, que não de sua família; acredita-se que por motivo de trabalho. A partir do século XVII, a criança deixa de ser misturada aos adultos e de aprender a vida com o contato direto como eles. O objeto dessa separação entre adultos e criança toma corpo no que se chama de escola. Esta substituiria a aprendizagem como meio de educação. Ariés (1981, p. 11), ainda sobre este assunto, comenta que “começa então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, ao qual se dá o nome de escolarização”.

Essa percepção vai se singularizando a partir da representação religiosa (século XIV) até que a criança tenha um olhar diferenciado (Século XVII). Com a ascensão da burguesia, a criança passa a ocupar um lugar diferenciado na família e, então, surge, nas obras de arte, a representação da criança sozinha e com jeito de criança.

Ariés (1981) coloca, no entanto, o século XVIII como o século da descoberta da infância e como uma cena que vai sendo iluminada aos poucos. Nesse momento, a luz ilumina quase todo o palco. A criança passa a ser vista “como um ser cheio de graça e vulnerabilidade”. A infância começa a receber luz, mas ainda haveria uma longa caminhada para se entender o quadro agora iluminado. Entre assumir a existência da infância e entender o que realmente ela é, havia uma estrada a ser trilhada. Nesse percurso, a valorização da criança vai (re) dimensionando essa visão.

As diferentes formas de organização da sociedade vão transformando a visão que se tem da criança, valorizando e produzindo ações cada vez mais específicas direcionadas à infância. Kramer (1994) fala de um moderno sentimento de infância que vê a criança como objeto de diferentes atitudes e sentimentos por parte do adulto:

1. A criança como ingênua, graciosa, que precisa ser preservada, protegida e
2. A criança incompleta, que precisa ser aperfeiçoada, moralizada, pelo adulto.

A criança é vista como o oposto do adulto. O adulto é a referência para ser criança.

| Cristiane Viana da Silva Santos |

Esses sentimentos geram uma visão universal da criança independente da sua condição histórico-social. Ela será sempre concebida a partir desse olhar único, porém não singular. Um ser que precisa ser preservado da corrupção do meio, mantendo-se a sua inocência, fortalecendo-o e desenvolvendo seu caráter e sua razão. Uma visão abstrata da criança. Uma criança que ainda não é, mas virá a ser.

Qual a perspectiva realmente da criança? Que caminhos podem ser trilhados por ela? Kramer (1994) fala de uma concepção atual da infância. Uma visão que é determinada historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. Se determinada pelas modificações das formas de organização social, então, a criança passa a ser vista como um ser social, inserida em um contexto histórico, sofrendo modificações advindas dessas relações. Quando a autora menciona que a criança é um ser social, significa que ela tem uma história, que vive uma geografia, que está inserida numa determinada classe social e que estabelece relações nesse contexto de origem, tendo uma linguagem própria que a diferencia de outras culturas, bem como sendo caracterizada como uma pessoa, baseada no seu contexto familiar e da forma que se insere no social.

Em concordância com as ideias de Ariés, entenda-se por este processo como o causador da moralização da criança com a ajuda da igreja e da família. Começa-se então uma espécie de confinamento das crianças nas instituições escolares. A educação passa a ter uma notável importância. A família passa a se preocupar com a educação dos seus filhos, com os seus estudos e os acompanham com certo interesse nos séculos XIX e XX e outro sentimento nasce: a preocupação com o filho, a criança. A família passa a se preocupar em cuidar e educar suas crianças. O que se pode perceber até aqui é que a civilização medieval não tinha ideia de educação; mas, hoje, nossa sociedade sabe que seu sucesso depende também, muitas vezes, de uma boa educação. Ariés (1981, p. 12) a esse respeito fala que:

Nota-se uma preocupação com o “cuidar das crianças”, mais precisamente com a articulação do que pode vir a ser cuidar e educar. Já que a família começou a preocupar-se em reduzir o número de crianças para lhe oferecer melhor assistência, maior atenção, ou seja, uma melhor educação. A família começa a conceber a criança como criança, disse Rousseau (1712-1778) em sua obra *Emílio*, em sua obra reeditada (2004): “A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens”. E sendo a família o local de “dominação” das crianças, esta é a formadora da nossa primeira identidade social.

Conforme diz Reis (1984) apud Nunes (2000):

A família teria por função desenvolver a socialização básica numa sociedade que tem sua essência no conjunto de valores e de papéis. Entende-se que a família seria então a principal *arkhé* - formadora do cidadão. Daí, porque a concepção

| Cristiane Viana da Silva Santos |

de criança está enraizada com a forma de organização das famílias que antes entendia a criança como um adulto em potencial e, com a industrialização, houve uma necessidade de se ter um lugar para guardar as crianças enquanto seus pais estavam na jornada de trabalho, mais tarde evoluiria e passamos a chamar de pré-escola este local de “depósito”.

A criança torna-se o centro das atenções dos adultos e também o centro dos interesses financeiros, pois é posta nela a esperança de um futuro melhor para a família. Na contemporaneidade, nascida uma criança, principalmente com elevado nível social, os pais, em sua maioria, já mencionam sobre profissões para os pequenos, esperando-se que se tornem, por exemplo, um médico de sucesso ou um advogado, entre outras, com o objetivo de continuar o nível social, de dominação ou de realização das expectativas parentais. Sendo que esta expectativa pode interferir nas escolhas dos filhos, todavia o que percebemos é a criança ocupando um espaço na sociedade de sujeito de direito e como uma pessoa que possui especificidades.

Para compreendermos o processo do surgimento da creche, é necessário rever a história, onde datamos que, na década de 1920, antes da regulação do contrato de trabalho no Brasil, concluída na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, o Rio de Janeiro, sede do governo federal, apresentou a maior taxa de ocupação da mão de obra feminina no setor secundário e terciário, na ordem de aproximadamente 28% (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1996). O fato da regulação social do trabalho feminino implicou numa crescente precarização nas condições de vida da infância, sobretudo daquela mais dependente dos cuidados maternos, na faixa etária de 0 a 6 anos. Para evitar que essa precarização aumentasse o número de crianças abandonadas, a creche aparece como uma solução que é proposta pelos setores ligados à assistência social, como um mal necessário, conforme ressalta Tiriba (2001, p. 48):

No Brasil, como na Europa do século XIX, as creches são instituições que nasceram na contramão da família e, não, no diálogo como elas; surgiram como mecanismo de compensação social aos efeitos perversos do modelo de desenvolvimento capitalista industrial sobre as populações mais pobres, moradoras de centros urbanos. A modernização dos processos de produção, a nuclearização da família, o trabalho da mulher fora do lar, à necessidade de cuidados físicos essenciais, a premência de esconder filhos enjeitados são fatores que definem a emergência das primeiras creches como espaços de assistência, lugar onde as crianças recebem aquilo que suas mães, por sua condição social, não lhes podem oferecer.

As características iniciais do reconhecimento da creche como demanda socialmente constituída terão como fio condutor tanto a questão da necessidade de controlar a mortalidade infantil quanto à necessidade de ocupação da mão-de-obra feminina. Entre os estudiosos, há uma controvérsia sobre estes elementos, inclusive com a relação à

| Cristiane Viana da Silva Santos |

qualificação dessa mão-de-obra, se doméstica ou fabril. Conforme diz Civiletti (1988) apud Nunes (2000, p. 2), “a ideia de que a tônica higienista das primeiras iniciativas do final do século passado e mulheres burguesas, visando à liberação da mão-de-obra doméstica”.

Kramer (1984) apud Nunes (2000, p. 2) comenta que “[...] as primeiras iniciativas tinham um caráter higienista devido à grande preocupação de alguns médicos como, por exemplo, temos: Moncorvo Figueiredo e seu filho, Moncorvo Filho, com relação à taxa de mortalidade infantil”. Destaca, a autora, que as causas dessa mortalidade eram atribuídas ao comércio de aleitamento, determinado pela falta de educação moral e intelectual das mães e às uniões ilegítimas entre as escravas e os senhores.

As creches surgiram a partir de uma demanda social e, como um mal necessário, caracterizaram-se como uma instituição que se desloca do plano ideológico, da esfera coletiva da produção para a esfera individual.

Os ideais higienistas interferiram de maneira disciplinar no surgimento da creche e na família, fazendo com que as mulheres se sentissem culpadas de trabalhar fora de casa e incapazes de exercer esse cuidado. O trabalho feminino foi considerado um grande mal para a saúde física e mental das crianças, sendo justificado somente para as mulheres de baixa renda, pois havia uma necessidade real de um trabalho extradomiciliar; todavia, isso não as tornava menos culpadas.

Médicos e higienistas lhes mostravam sua falta de preparo ‘natural’ para ser mãe. Nesse processo, a creche colocou-se como instituição a serviço do movimento filantrópico e de sua função controladora. Para as famílias abastadas e remediadas, o procedimento aceitável era um só: a mãe deveria dedicar-se integralmente à educação dos filhos. .

O controle social exercido sobre a família, como base de reprodução social dos indivíduos, passou também a ser exercido sobre a afetividade e o amor. Dentre as inúmeras formas criadas para esse controle, surge o amor materno como fundamento e o alicerce da nova família. É em nome desse amor que a família burguesa, alçada ao modelo ideal de família, se sustenta. É em nome desse amor que à mulher caberiam as principais tarefas de guardiã do lar e dos filhos, obrigando-se a se exilar no interior do lar e a cuidar, agora numa esfera de voluntarismo, daqueles que tradicionalmente sempre dependeram de seus cuidados: os velhos, os doentes, as crianças pobres e desamparadas. Incurtionando nessas tarefas legítimas a sua saída do reduto de seu lar. Assim, tanto o lar como as atividades assistenciais e voluntárias dão a essa nova mulher um reconhecimento social de seu papel e é dentro dessas esferas que ela organiza suas estratégias de poder. O amor aos filhos, defendido desde o final do século XIX pelos higienistas, era o meio mais eficaz de

| Cristiane Viana da Silva Santos |

controlar a mulher e difundir uma concepção de maternagem que deveria ser seguida por todas as mulheres, independentemente de sua classe social. Conforme ressalta Coutinho (1994) apud Nunes (2000, p. 91):

A educação dos filhos começou a surgir, a partir de então, como uma nova maneira de amar e o cuidado com as crianças deixaram de ser visto como uma obrigação para se transformar num ato espontâneo de amor. Apesar deste ato de amor aos filhos nem sempre ter sido tão espontâneo na mulher quanto o discurso oficial fazia crer – chamando-o, inclusive, de instinto materno – a sociedade encontrou uma forma de “empurrar” a mulher nessa direção, despertando nela a vergonha e o sentimento de culpa. Afinal, sendo o amor materno natural, instintivo, toda mulher que não se sente imbuída deste espírito altruísta de amor e dedicação aos filhos passou a se sentir envergonhada e/ou culpada por se achar repentinamente má, egoísta e incompetente.

O atendimento a crianças de 0 a 3 anos no Brasil atualmente é considerado, segundo a Constituição Federal (1988), um direito da criança e trata-se de um ambiente de relações complementares à família e caracteriza-se como um espaço educacional. O espaço da creche é reconhecido como um local de relacionamento entre as crianças, as famílias e os professores, onde a criança tem a oportunidade de experimentar o processo de socialização e de autonomia, através do contato com outras crianças e adultos.

A constituição de 1988 assegura que a Educação Infantil é obrigação do Estado e direito da criança e a LDB (Lei e Diretrizes e Bases da Educação) de 1996 enfatiza que o atendimento a crianças de 0 a 6 anos faz parte da primeira etapa da Educação Básica. Sendo, esta ordenação legal fundamental no que tange ao deslocamento da creche como uma área da Assistência ou de Bem estar Social, como anteriormente era vinculada, para uma perspectiva de área da educação.

Na sua origem, a creche era voltada para práticas médicas, sanitaristas filantrópicas, focando o cuidado às crianças como proteção e prevenção, além da influência que sofreu da Psicologia ou, melhor dizendo, do Psicologismo, que tinha como premissa uma ótica das crianças fundamentada na perspectiva de que a criança não é competente, no aspecto racional e dos relacionamentos.

Dentro dessa visão, a instituição escolar acaba sendo compreendida como substituta da família, tendo a responsabilidade de prover as necessidades das crianças e também considerada como um espaço de formação da racionalidade, dos hábitos e habilidades que serão utilizados mais tarde, na pré-escola ou na escola.

A marca da visão higienista e a perspectiva da criança como um “ser em falta” acabaram acarretando uma atuação voltada para o assistencialismo, sendo a criança colocada num lugar de “quem ainda não é”, formando e constituindo-se a partir das ações

dos adultos sobre ela.

No Brasil, a maneira de relacionar-se com bebês e crianças é tradicionalmente marcada por um viés disciplinador, higienista e de controle. As políticas públicas têm, ao longo da história, uma visão de tutela sobre a ação dos adultos em relação às crianças, voltando-se para uma ação focada para um atendimento específico às camadas populares. Essa visão acaba interferindo na forma de atuar dos professores, pois, por estarem inseridos nesse contexto, reproduzem os modelos aprendidos e interferem também nas concepções de infância.

Essa origem estabelece um modelo de atendimento centrado numa visão de quem supre, seja as necessidades de cuidado seja a formação da racionalidade e de hábitos que serão utilizados posteriormente na pré-escola ou na escola. No que tange à noção de provedora, a creche passa a ter um lugar de substituta da família, ao se responsabilizar por completar esse “ser em falta”. A criança é colocada no lugar de alguém que está em formação a partir das interações com os adultos, numa perspectiva de controle.

O atendimento às crianças pequenas vem passando por um período de construção de suas especificidades e caracterizando-se pela polarização entre duas vertentes: a assistência e a educação. E aponta para a necessidade nas últimas décadas de ampliar a visão integrada entre a necessidade de acolher a criança e de participar do seu processo educativo (GUIMARÃES, 2008).

No nosso país, as iniciativas e discussões sobre o trabalho com crianças pequenas vivem um paradoxo. Ora temos um discurso que perpassa por mais de um século de iniciativas, de cunho assistencialista, ora pensamos na creche há aproximadamente vinte anos como um direito, levando em consideração esse espaço como propício para interação singular das crianças e seus pares, possibilitando a criança de ser vista em suas potencialidades e não apenas conhecida pelas suas características e necessidades; sendo ainda esta ótica incipiente efetivamente nas creches.

Compreendemos que, na história da construção da creche e na definição de suas funções, constituímos dois extremos: assistência ou educação. Em oposição a essas perspectivas, temos estudos e pesquisas que apontam para complementação das ações pedagógicas e de cuidado como relacionamentos interpessoais, nos quais a criança consegue expressar-se e constituir-se subjetivamente no diálogo com o adulto.

O debate sobre a creche hoje se encontra em lugar de destaque, seja pela inserção no sistema educacional através da constituição de 1988 e da LDB/1996, seja por sua inclusão no FUNCEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação).

A noção de visibilidade/invisibilidade em relação à infância está relacionada com a construção histórica e do discurso que emitimos sobre as crianças, bem como das políticas que são direcionadas a elas, além de ser fundamental considerarmos as práticas e interações no cotidiano da escola.

PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS

A educação tem como objetivo a transformação da injustiça social e da realidade que ela projeta e, como instrumento transformador, a escola é chamada a se reinventar como prática social, a fim de ter condições de encaminhar as demandas por justiça social, através da valorização dos princípios de dignidade da pessoa humana (GADOTTI, 1993). Porém, nem sempre é possível dar conta de tais demandas e a reprodução das desigualdades já existentes se efetiva pela educação. Podemos dizer que nossas escolas abrigam as contradições de um desenvolvimento brasileiro súbito e superficial, mas que ainda retém a escola em uma situação de atraso. Na busca de soluções para as problemáticas sociais que afetam o cotidiano da escola pública, em especial as escolas que estão situadas em áreas conflagradas pela violência urbana, ou seja, escolas em áreas de risco, é que surgem as escolas denominadas “do amanhã”. O projeto Escolas do Amanhã faz parte do programa institucional do Município do Rio de Janeiro, denominado Bairro Educador, pela demarcação de ações positivas nessas áreas conflagradas, através de um esforço coletivo que procura enfrentar os problemas dessas comunidades que também são chamadas a atuar conjuntamente com as escolas, a fim de fortalecer o vínculo entre a presença da própria família, ao aproximá-la do cotidiano escolar.

Uma das propostas das Escolas do Amanhã é a de aumentar a autoestima dos/as alunos/as que têm desempenho escolar inferior à média da maioria das escolas, tendo como objetivos: Escola Integral; Saúde Escolar; Programas de Ciências; Participação da Comunidade e Forma dinâmica de aprendizagem. Estamos falando aqui de padrões de desempenho claramente vinculados às culturas dessas escolas, o que nos leva à lembrança da cultura da violência que interfere de maneira negativa em espaços de ensino-aprendizagem. As políticas públicas em educação podem carregar características assistencialistas, populistas, e, até mesmo, compensatórias; porém, com condições de criar propostas de inclusão, como no caso das Escolas do Amanhã que procuram trazer condições de educação com qualidade. Com base nessas premissas, concordamos ainda

| Cristiane Viana da Silva Santos |

com GADOTTI (1993, p. 55) que “educação não é só uma prioridade. Ela é a precondição do desenvolvimento e da justiça social”. Conforme já sinalizado anteriormente, um dos pilares das escolas do amanhã dentro do contexto da escola pública do Rio de Janeiro é a saúde escolar, sendo utilizado como parâmetro nesta pesquisa.

Tendo como foco de estudo, deste artigo, o profissional psicólogo escolar, que atuava como parte integrante da equipe de saúde nas escolas do amanhã, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído pelo decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, como proposição de uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público (educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional e tecnológica e na educação de jovens e adultos (EJA), no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde, realizadas pelas Equipes de Saúde da Família.

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O psicólogo que atua no âmbito escolar, mais especificamente no Programa Saúde nas Escolas (PSE)³, desenvolvia sua atuação em uma dimensão preventiva, sendo ancorada em ações e estratégias orientadas para facilitar e incentivar a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem; promover a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam, de forma relacional, no cotidiano da escola, e buscar, com a equipe escolar, a superação dos obstáculos à apropriação pessoal e, com o desenvolvimento da equipe escolar, a superação dos obstáculos para assimilação do conhecimento.

Com isso, o psicólogo escolar tem papel fundamental no processo de aprendizagem escolar, principalmente, na Educação Infantil onde contribui, mostrando para a equipe de docentes/gestão as diferentes visões pela qual a infância foi passando ao longo do tempo, desde a visão de que, conforme sinaliza Áries (1984), antes do século XVII, a criança era percebida como criança-adulto, até ser vista a partir do século XVII como um ser que deixa de ser misturada aos adultos e de aprender a vida com o contato direto como eles. O objeto dessa separação entre adultos e criança toma corpo no que se chama de escola. Esta substituiria a aprendizagem como meio de educação.

³ O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

| Cristiane Viana da Silva Santos |

A equipe interdisciplinar (dentistas, médicos, técnico de enfermagem, auxiliar de saúde bucal, enfermeiro e psicólogo) atuava no atendimento às crianças a partir do cronograma estabelecido na fase de planejamento pela escola/equipe para atender às questões de saúde identificadas como fatores de risco: físico, social e emocional. E as mesmas eram atendidas pautadas na integralidade do cuidado e na educação em saúde. A Integralidade é um dos princípios doutrinários da política do Estado brasileiro para a saúde, que se destina a conjugar as ações direcionadas à materialização da saúde como direito e como serviço.

Em função dos alunos, de Educação Infantil, apresentarem os primeiros sinais de dificuldades de aprendizagem, os profissionais que atuam como psicólogos escolares deste projeto (PSE) perceberam a necessidade de intervirem mais precocemente nesta faixa etária, para prevenção dessas dificuldades nas escolas do amanhã.

A intervenção nesse segmento precisa focar em práticas metodológicas e atividades com as crianças, pais e familiares em parceria com o corpo de professores da escola. A Educação Infantil precisa oferecer possibilidades de relações humanas com significado no plano afetivo para as crianças. Para que ocorra esta relação, é necessário que a mesma eduque e cuide para que saia do modelo escolar empobrecido, formador exclusivo da cognição e amplie novas possibilidades. Desenvolvemos, nas Escolas do Amanhã, trabalhos com a família, oficinas para as crianças, trabalhos lúdicos através de temas vinculados à saúde: Prevenção de pediculose (piolho): Importância da prevenção de pediculose; Dengue: Atividades de prevenção lúdicas sobre a dengue, mostrando através de desenhos e vídeos curtos a necessidade dos cuidados com a dengue (evitar água parada). Abordagem da temática: Tuberculose, sendo realizada na época uma exposição que ilustrou sobre como evitar esta doença.

Procurávamos abordar, com os professores e gestores da escola, a implantação de hábitos de higiene (lavagem das mãos) antes e depois das refeições; Cultura da Paz: ação coletiva voltada para atitudes comportamentais de solidariedade; Antropometria (todas as crianças eram pesadas e medidas.).

Os professores e funcionários das unidades escolares solicitavam atendimento da equipe interdisciplinar nos aspectos físicos e comportamentais e, a partir da demanda (“queixa escolar”), procurávamos observar os alunos em sala, com a intenção de percebermos a necessidade de todos e sua respectiva escola, pois as demandas de temas novos iam surgindo à medida que as relações iam sendo tecidas.

| Cristiane Viana da Silva Santos |

A psicologia escolar atuava, especificamente, numa abordagem comportamental por meio de realização de “rodas de conversas” com pequenos grupos, onde de maneira dinâmica e lúdica os alunos realizavam desenhos livres ou direcionados através de oficinas, abordando temas como valores, bullying, amizade, solidariedade, família, autoimagem, corpo e movimento.

Por intermédio dessas atividades desenvolvidas pela equipe de saúde na Educação Infantil, conseguimos detectar os primeiros sinais de dificuldades das crianças e, ao avaliarmos, era percebida a demanda e assim direcionávamos para o especialista da respectiva área, através de encaminhamentos direcionados às famílias ou à direção (gestão). O intuito era prevenir as dificuldades e/ ou acentuação da situação apresentada, para que isso não interferisse no processo de ensino aprendido como aquisição da leitura e escrita, competência interpessoal e demais competências fundamentais para o desenvolvimento como sujeito integral: corpo (físico), afeto (emocional), intelecto (mental) e relacional (social).

O psicólogo escolar, que atua neste segmento de Educação Infantil, precisa preconizar práticas de educação e cuidado que respeitem a criança como ser completo, inteiro, focando os “aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais da criança” de forma integrada.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Alguns projetos como o PSE têm utilizado a escola como espaço de intervenção e tentativa de mudança social, com a intenção de deslocar a visão da escola pública como espaço de produção do fracasso escolar e de manutenção de políticas compensatórias. Mas, através da experiência como integrante deste projeto (PSE), pôde-se perceber que o mesmo contribui de maneira focal numa dada realidade específica nas escolas contempladas pelo projeto, pois o fato de olharmos a criança, os professores, a família e a gestão como possuidores de direito, com condições de aprender, de se cuidar, colaboramos em melhorar as condições de vida destes protagonistas envolvidos com a escola e prevenimos situações de vulnerabilidade na Educação Infantil.

É preciso, portanto, que se esteja atento para promover uma educação “[...] em que se pratique a solidariedade entre as crianças, [...] em que existam laços de coletividade, eles capazes de gerar o sentido de pertencimento com reconhecimento das diferenças” (KRAMER, 1999, p. 279), pois a singularidade humana está justamente em nossa

| Cristiane Viana da Silva Santos |

pluralidade: “Somos constituídos na diferença”. Ao promover uma educação para o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas, incluída aí a corpórea, seja por características físicas, ao observar as condições de acessibilidade (necessidades especiais e características etárias), seja cultural, na materialidade da organização espacial e material, estaremos contemplando os princípios éticos e estéticos.

Na fase escolar, as crianças, em geral, experimentam um crescente desenvolvimento; sendo consideradas importantes, nesse período, as aquisições relacionadas à adaptação, ao desempenho escolar, à competência nas relações interpessoais e à aprendizagem da leitura e escrita.

A escola, segundo Lindahl (1988), pode ser entendida como representante formal desta etapa de aprendizagem em nossa cultura. Funciona como um importante agente socializador que amplia as possibilidades de aquisição de conhecimento e de experiências afetivas, na medida em que se configura como uma das primeiras situações instituídas, além da família, a proporcionar experiências e desafio, constituindo-se em um espaço privilegiado para o desenvolvimento infantil. A maneira como as crianças aprendem, o desempenho escolar e o valor a ele atribuído podem representar condições de proteção ou de vulnerabilidade para o desenvolvimento. O bom desempenho pode facilitar a superação de dificuldades e o envolvimento com projetos de vida que potencializam a autorrealização. As dificuldades escolares, por sua vez, podem acentuar ou favorecer outras dificuldades.

CONCLUSÃO

Este artigo sinalizou como o psicólogo escolar, como profissional integrante da equipe do Programa Saúde nas Escolas da Prefeitura do Rio de Janeiro, atuava na educação básica, mais especificamente no segmento da educação infantil, mostrando a importância na práxis de conhecermos as diferentes configurações que a profissão foi tecendo ao longo do tempo, bem como a visão de saúde mais focada em sua totalidade, como um estado de bem-estar integral do sujeito envolvido no processo de cuidar. Compreendendo que o trabalho nas escolas precisa estar a serviço da integração, proporcionando a formação de indivíduos que acreditem em seu potencial, que desenvolvam a criatividade, a afetividade e a espontaneidade, que é parte fundamental da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

|Cristiane Viana da Silva Santos|

ARIÉS, Philippe. **A História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002. **Dispõe a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**. Resolução CNE/CP 2/2002. Brasília: CNE, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.060/90. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Vol. I, II, III).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1 de maio de 1943.

BOFF, Leonardo. Críticos e cuidantes. **Jornal do Brasil**, 23 abr. 2004.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: MEC. Ministério da Educação. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p. 32-42.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993. (Série Educação).

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre crianças e adultos no berçário de uma creche pública na cidade do Rio de Janeiro: técnicas corporais, responsividade, cuidado**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GUIMARÃES, Daniela. No contexto da creche: o cuidado como ética e a potência dos bebês. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu – MG. **Anais...** Caxambu – MG: ANPED, 2008. (mimeo).

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1994.

KRAMER, Sonia. Infância e educação: o necessário caminho de trabalhar contra a barbárie. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (Org.). **Infância e educação infantil**. Campinas: Papirus, 1999.

KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BASÍLIO, Luis C.; KRAMER, Sônia (Org.). **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

| Cristiane Viana da Silva Santos |

LINDAHL, N. Z. Personalidade humana e cultura: aplicações educacionais da teoria de Erik Erickson. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 69, n. 163, p. 492-509, 1988.

MALUF, M. R. Psicologia e Educação: paradoxos e horizontes de uma difícil relação. I CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR, 1., 1992, Valinhos – SP. Anais... Campinas: ABRAPEE/PUCCAMP, Átomo, 1992. p. 170-178.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

NUNES, Deise. **Da Roda à Creche: proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6 anos**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: reflexões sobre a psicologia escolar**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ROCHA, M. L. Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa. In: MACIEL, I. (Org.). **Psicologia e educação: novos caminhos para a formação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. p. 213-229.

TIRIBA, Lea. Pensando mais uma vez e reinventando as relações entre creche e famílias. In: GARCIA, R. L.; FILHO LEITE, A. (Org.). **Em defesa da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-80.